

Não há ensino superior a mais!

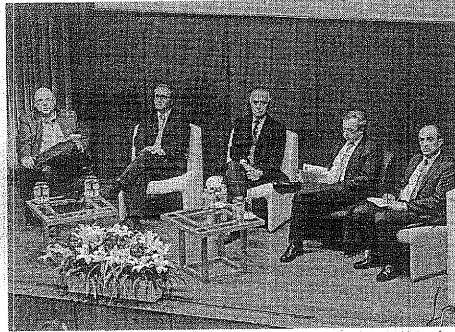
Não há instituições de ensino superior a mais no país. Esta foi uma das principais conclusões do debate promovido pelo Sindicato Nacional de Ensino Superior (SNESup), em Castelo Branco, no passado dia 20, no Instituto Politécnico de Castelo Branco. A iniciativa contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, o qual lembrou que “as instituições de ensino superior do interior do país constituem uma enorme oportunidade”.

José Ferreira Gomes voltou a salientar a importância do novo ciclo “de dois anos”, os chamados Cursos Técnicos Superiores Profissionais (aos quais os institutos politécnicos já demonstraram a sua discordância). “Só 35 por cento dos alunos que termina o ensino secundário é que entra no superior. Temos que nos preocupar em aumentar o número de jovens para entrarem nas instituições, para isso temos que garantir que a diferenciação da oferta aumente. É nesse quadro que estamos a propor o novo ciclo de dois anos, o qual existe na maioria dos países europeus”, explicou.

O Secretário de Estado falava depois de ouvir António Vicente (Presidente do SNESup) - o qual entregou um documento com propostas claras ao Governo -, e Carlos Maia, presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Na sua intervenção, Carlos Maia tocou num dos problemas que afeta o ensino superior em Portugal: “estamos a assistir a uma litoralização do ensino superior”, dando como exemplo que 53% das vagas está em Lisboa, Porto e Coimbra. “Estamos a falar de equidade e coesão territorial”, disse Carlos Maia, acrescentando que se tem verificado uma desvalorização do ensino superior: “os jovens acham que não é uma mais valia tirar um curso superior”.

A intervenção do presidente do IPCB acabaria por ser reforçada pelo vice-presidente da Câmara de Castelo Branco, Arnaldo Brás, que sublinhou a questão da regulação das vagas. Também os presidentes dos institutos politécnicos de Portalegre (Joaquim Mourato) e de Bragança (Sobrinho Teixeira)



O debate durou cerca de 5 horas

referiram isso mesmo.

“O ensino superior no interior representa apenas 17% das vagas e 16% do total do Orçamento do Ensino Superior”, disse Joaquim Mourato, que é também o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. “30% dos 4.689 cursos estão concentrados em 3% do território nacional (distrito de Lisboa). Para além disso, quase metade dos 4.689 cursos encontram-se nos distritos de Lisboa e Porto (concentrados em 5,6% do território nacional)”, acrescentou.

Joaquim Mourato lembrou ainda que “o impacto direto destas instituições nas respetivas regiões varia entre os 27 e 171 milhões de euros. O seu peso médio no PIB varia entre os 5% e os 11% da região onde estão inseri-

das. São responsáveis pelo emprego de mais de 12% da população ativa dos concelhos. Por cada euro investido pelo Estado no financiamento destas instituições, existe um retorno médio de 4,22 euros, podendo atingir o máximo de 8,07 euros”.

José Ferreira Gomes considera que a questão não é fácil: “há pessoas que dizem que se retiramos 5 a 10 por cento das vagas em Lisboa e Porto, isso faria toda a diferença para a instituições do interior. Mas estamos numa democracia e a maioria dos candidatos ao ensino superior escolhe o litoral, e nem sempre a mobilidade é bem acolhida pelas famílias”. No entender de José Ferreira Gomes, “o regime administrativo de controlo de vagas não tem grande futuro. Surge-nos então a questão,

qual é a alternativa? há que atrair os jovens para estas regiões e dizer-lhes que há uma oportunidade. Aquilo em que estamos a trabalhar é criar um incentivo financeiro para os alunos virem estudar para o interior do país, onde as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento das Regiões têm uma palavra a dizer”.

Em resposta, o ex-secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, lembrou que “se a política de ensino superior for apenas a de mercado, sem a regulação do estado, todas as instituições de ensino superior do interior vão fechar”, acrescentando que “quando dá jeito usam-se os instrumentos de regulação, quando não dá, não se usam. No litoral foram criadas mais quatro mil vagas, e no interior diminuíram-se 200”, disse. Valter Lemos voltou a frisar que o desaparecimento de instituições de ensino superior não traz nenhuma mais valia. Isto não quer dizer que não se façam parcerias”. Sobre os cursos de dois anos, Valter Lemos disse não “deslumbrar nenhuma diferença, a não ser um semestre a mais, e a entrada ser aberta a alunos com o 11º ano”. No entender daquele docente da ESE de Castelo Branco, “estes cursos não podem caracterizar o subsistema de ensino politécnico. Se assim for, vamos de mal a pior”.

Pedro Saraiva, da CCDRC, lembrou que as “instituições de ensino superior deveriam ter na sua agenda a promoção ou o apoio ao aparecimento de empresas gazela”, as quais são fundamentais para a promoção do emprego e do desenvolvimento. Aquele responsável salientou o facto de Portugal “ter uma rede equilibrada de ensino superior”.

João Canavilhas (vice-reitor da UBI), apresentou como sugestões a “coesão territorial, os apoios à mobilidade e os incentivos à criação de emprego, bem como os estímulos à cooperação regional”.

Numa visão autárquica, Armindo Jacinto falou do território “do interior como um espaço de oportunidades”, criticando o facto de Portugal não ter conseguido a coesão económica e social, e de ser gerido com base em números.